FACULDADES INTEGRADAS DE BAURU

DIREITO

Larissa Lopes de Oliveira Rios

**A COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA COMO FORMA DE GARANTIR OS
DIREITOS DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES AO CONVÍVIO FAMILIAR
FAVORÁVEL AO PLENO DESENVOLVIMENTO**

**Bauru
2022**

Larissa Lopes de Oliveira Rios

**A COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA COMO FORMA DE GARANTIR OS
DIREITOS DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES AO CONVÍVIO FAMILIAR
FAVORÁVEL AO PLENO DESENVOLVIMENTO**

**Monografia apresentada às
Faculdades Integradas de Bauru para
obtenção do título de Bacharel em
Direito, sob a orientação do
Professora Ms. Ana Roberta Prado
Montanher**

**Bauru
2022**

Rios, Larissa Lopes de Oliveira.

A Comunicação Não Violenta Como Forma de garantir os direitos das crianças e dos adolescentes ao convívio familiar favorável ao pleno desenvolvimento. Larissa Lopes de Oliveira Rios. Bauru, FIB, 2022.

44f.

Monografia, Bacharel em Direito. Faculdades Integradas de Bauru - Bauru

Orientador: Ana Roberta Prado Montanher

1. Comunicação Não Violenta. 2. Práticas Parentais. 3. Direito da Infância. I. A Comunicação Não Violenta Como Forma de garantir os direitos das crianças e dos adolescentes ao convívio familiar favorável ao pleno desenvolvimento. Faculdades Integradas de Bauru.

CDD 340

Larissa Lopes de Oliveira Rios

**A COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA COMO FORMA DE GARANTIR OS
DIREITOS DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES AO CONVÍVIO FAMILIAR
FAVORÁVEL AO PLENO DESENVOLVIMENTO**

**Monografia apresentada às
Faculdades Integradas de Bauru para
obtenção do título de Bacharel em
Direito,**

Bauru, 16 de Novembro de 2022.

Banca Examinadora:

Presidente/ Orientador: Ms. Ana Roberta Prado Montanher

Professor 1: Dra. Maria Cláudia Zaratini Maia

Professor 2: Ms. Tales Manoel Lima Vialogo

**Bauru
2022**

**Dedico este trabalho aos meus pais, que são
uma inspiração de pessoas batalhadoras, meus irmãos, amigos e professores
pelo apoio.**

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus por estar do meu lado a todo momento, sua presença me faz uma pessoa melhor nesse mundo.

Agradeço à minha família, que sempre fizeram de tudo para encontrar o meu melhor caminho, em especial a minha mãe Cilene Lopes Rios e ao meu pai Nelmario De Oliveira Rios, pelos ensinamentos ao longo da vida, por me mostrar que sou capaz de realizar tudo que almejo nessa vida, sempre me acolheram da melhor maneira, mesmo com todos os momentos difíceis que passamos ao longo dessa vida, a nossa conexão é de outras vidas e espero sempre ter vocês comigo. Amo vocês.

Em especial, para meus irmãos, Gabi e Léo, que sempre estiveram disponíveis na minha vida, ser a caçula traz privilégios maravilhosos e uma proteção enorme. Amo vocês.

Agradeço as minhas amigadas que realizei na faculdade e fora dela, com carinho a Ana, Gabi e João, que caminham junto comigo ao longo desses anos, e em especial no ano de TCC, vocês são incríveis, obrigada por vocês fazerem parte da minha vida, divididos momentos inesquecíveis e colecionando bons momentos. Amo vocês.

A minha orientadora Ana Roberta, a minha eterna gratidão, pois desde a primeira vez que conversamos mostrou-se interessada em me auxiliar nesse trabalho, e interessada no desenvolvimento desse tema que tem a função de transformar a vida.

A Maria Cláudia que auxiliou ao longo desse ano, é uma pessoa incrível e sempre está disposta em ajudar.

Agradeço a todo o corpo docente da FIB pelo conhecimento e suporte necessário na minha vida acadêmica.

Sinto-me tão condenada por suas palavras,

Tão julgada e dispensada.

Antes de ir, preciso saber:

Foi isso que você quis dizer?

Antes que eu me levante em minha defesa,

Antes que eu fale com mágoa ou medo,

Antes que eu erga aquela muralha de palavras,

Responda: eu realmente ouvi isso?

Palavras são janelas ou são paredes.

Elas nos condenam ou nos libertam.

Quando eu falar e quando eu ouvir,

Que a luz do amor brilhe através de mim.

Há coisas que preciso dizer,

Coisas que significam muito para mim.

Se minhas palavras não forem claras,

Você me ajudará a me libertar?

Se pareci menosprezar você,

Se você sentiu que não me importei,

Tente escutar por entre as minhas palavras

Os sentimentos que compartilhamos.

RUTH BEBERMEYER

RIOS, Larissa Lopes de Oliveira. **A comunicação não violenta como forma de garantir os direitos das crianças e dos adolescentes ao convívio familiar favorável ao pleno desenvolvimento.** 2022 44f. Monografia apresentada às Faculdades Integradas de Bauru, para obtenção do título de Bacharel em Direito. Bauru, 2022.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a Comunicação Não Violenta como forma de garantir os direitos das crianças e dos adolescentes, com base no Estatuto da Criança e do Adolescente. Foi contextualizada a evolução da infância, com base no mundo, expondo as modificações que tiveram ao longo do tempo, trazendo que as crianças eram subordinadas pelos seus pais e mais adiante, foram consideradas sujeitos sociais. Após analisar os antigos Códigos de Menores dos anos 1927 e 1979, entendemos que a criação do Código de Menores teve objetivo para criminalizar os jovens, após a ditadura militar com a redemocratização, os movimentos sociais tiveram maior expressão no Brasil, surgindo manifestações das populações, para expor que as crianças e os adolescentes precisariam de uma proteção, assim surgindo as garantias e os direitos específicos na doutrina da proteção integral vigente. Assim, foi apresentado a metodologia da Comunicação Não Violenta, com abordagem de exemplos reais, demonstrando as vantagens na aplicação da CNV, e a maneira como são afetados os relacionamentos parentais. Para o alcance dos objetivos do projeto serão desenvolvidas pesquisa bibliográfica e pesquisa documental, de natureza exploratória e descritiva. A pesquisa bibliográfica, segundo Marconi; Lakatos (2010) busca informações em fontes existentes, ou seja, em toda a literatura já tornada pública em relação ao tema estudado, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, monografias, teses, material cartográfico etc.

Palavras-chave: Comunicação Não Violenta. Práticas Parentais. Direito da Infância. ECA

RIOS, Larissa Lopes de Oliveira. **A comunicação não violenta como forma de garantir os direitos das crianças e dos adolescentes ao convívio familiar favorável ao pleno desenvolvimento.** 2022 44f. Monografia apresentada às Faculdades Integradas de Bauru, para obtenção do título de Bacharel em Direito. Bauru, 2022.

ABSTRACT

This work aims to analyze Non-Violent Communication as a way of guaranteeing the rights of children and adolescents, based on the Child and Adolescent Statute. The evolution of childhood was contextualized, based on the world, exposing the changes that they had over time, bringing that children were subordinated by their parents and later on, they were considered social subjects. After analyzing the old Minors' Codes of the years 1927 and 1979, we understand that the creation of the Minors' Code aimed to criminalize young people, after the military dictatorship with redemocratization, social movements had greater expression in Brazil, with manifestations of the populations, to expose that children and adolescents would need protection, thus emerging guarantees and specific rights in the doctrine of integral protection in force. Thus, the methodology of Nonviolent Communication was presented, with an approach of real examples, demonstrating the advantages in the application of CNV, and the way in which parental relationships are affected. In order to achieve the objectives of the project, bibliographic research and documental research will be developed, of an exploratory and descriptive nature. Bibliographic research, according to Marconi; Lakatos (2010) searches for information in existing sources, that is, in all the literature already made public in relation to the subject studied, from individual publications, newsletters, newspapers, magazines, books, monographs, theses, cartographic material, etc.

Keywords: Non-violent communication. Parenting Practices. Childhood Right. ECA

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE INFÂNCIA	14
2.1	Conceito de Infância	14
3	VISÃO JURÍDICA E APLICAÇÃO DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	18
3.1	Doutrina Menorista	18
3.2	Doutrina da Proteção Integral	24
4	ANÁLISE DA COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA E AS REGULAMENTAÇÕES JURÍDICAS QUE PODEM AJUDAR	30
4.1	A origem da CNV	30
4.2	A Metodologia da CNV e seus componentes	31
4.3	Onde a CNV está, e seus resultados	33
4.4	A CNV na instituição escolar	34
4.5	As relações familiares com a CNV	35
4.6	As punições nas relações parentais	37
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
	REFERÊNCIAS	
	APÊNDICES	
	ANEXOS	

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem a finalidade de refletir sobre a possibilidade de garantir os direitos das crianças e adolescentes previstos no ECA por meio da disseminação da Comunicação Não Violenta, seus fundamentos e técnicas.

No capítulo dois abordaremos a evolução no conceito da infância, apontando todo contexto histórico, desde o início no século XVI até aos demais séculos, com modificações ao longo do tempo.

No capítulo três trataremos da visão jurídica e as aplicações, para todas as crianças e os adolescentes, da Lei Federal Nº 8.069/1990, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), trazendo a garantia dos direitos específicos das pessoas em desenvolvimento (crianças e adolescentes), que resultou dos movimentos sociais e a conscientização para a proteção e o favorecimento de seu pleno desenvolvimento.

No capítulo quatro apresentaremos a Comunicação Não Violenta, mostrando que a CNV tem como resultado evitar conflitos e tendo resolução pacífica. Sua aplicação pode ser considerada prática e objetiva, usando os quatro pilares: observação, sentimentos, necessidades e pedidos. E os resultados que toda essa técnica pode ter são as consequências positivas, para todas as comunidades, incluindo as famílias, escolas, empresas e igrejas. Especialmente para as famílias, a comunicação não violenta pode ser uma ferramenta para favorecer a boa convivência e assim, o pleno desenvolvimento de crianças e adolescentes integrantes do grupo familiar.

Para o alcance dos objetivos do projeto serão desenvolvidas pesquisa bibliográfica e pesquisa documental, de natureza exploratória e descritiva. A pesquisa bibliográfica, segundo Marconi; Lakatos (2010) busca informações em fontes existentes, ou seja, em toda a literatura já tornada pública em relação ao tema estudado, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, monografias, teses, material cartográfico etc.

Nas considerações finais, ficarão destacados os pontos mais relevantes deste trabalho, este trabalho busca responder a seguinte questão: Considerando a ampliação dos estudos, publicações e aplicação do conceito da CNV e, em todo o mundo, qual seria a relação entre essa metodologia e a garantia do direito de crianças

e adolescentes brasileiros à convivência familiar e comunitária que favoreça o seu pleno desenvolvimento?

2 EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE INFÂNCIA

Esse capítulo dissertará sobre os conceitos de infâncias desde seu início no século XVI até aos demais séculos, com modificações ao longo do tempo. Inicialmente as crianças eram subordinadas a autoridade do pai e mais adiante, foram consideradas sujeitos sociais, como são vistas na atualidade.

2.1 Conceito de Infância

Na história da infância podemos considerar terem acontecido mudanças drásticas, ao comparar o passado e a atualidade, tanto do ponto de vista histórico, cultural e social. Ou seja, as crianças sempre existiram perante toda humanidade, porém o conceito de infância era inexistente, vindo assim surgir apenas no século XVI.

Na antiguidade, mais especificamente na cultura grega, as crianças viviam a sua infância dentro de sua família, completamente subordinadas a autoridade do pai, sem a inclusão da mãe, que nesse momento histórico, não tinha participação social. Assim, a figura paterna poderia reconhecer ou não uma criança como seu filho, havendo naturalização de abandono dos filhos. Na cidade de Esparta quando nascia uma criança com alguma deficiência ou algo que não era aceitável socialmente, o pai poderia abandonar a criança, conseqüentemente, havendo muitos infanticídios e abandonos infantis.

Na Roma Antiga (século VIII), a educação das crianças era também influenciada pela família, igualmente na cultura grega, sendo que a figura paterna era o principal responsável pela família, porém a mãe começou a exercer uma grande parte de autoridade, no entanto, ela não participava da vida pública, e com isso, as crianças ainda continuavam não sendo vistas como um indivíduo, mas apenas quando alcançava na fase adulta. (ARIES, 1981)

Na Idade Média (século V a X), existia a influência de questões religiosas e uma definição controversa sobre as crianças; sendo vistas ora como um símbolo da força do mal, da imperfeição, e do pecado, sendo possível apenas reduzir esses “defeitos” através do batismo, porém de outro lado, se compreendia a visão de uma criança inocente, ingênua e pura. A criança possuía uma participação social mínima,

e era tratada como adulto em miniatura, sem distinção de vestimentas e comportamentos em comparação ao restante da sociedade. Nessa época não havia as instituições escolares e trabalhos pedagógicos voltados para educação infantil. E aquela sociedade apresentava altas taxas de mortalidade infantil e abandono de crianças. (ARIES, 1981)

Vejamos que os historiadores, por exemplo Aries, apontaram a ausência no sentimento da infância no período da Idade Média, trazendo a indiferença que acontecia com as crianças e afirmando ausências de referências sobre as crianças e de suas mortes.

Se minha segunda tese encontrou uma acolhida quase unânime, a primeira (a ausência do sentimento da infância na Idade Média) foi recebida com mais reserva pelos historiadores. Entretanto, hoje pode-se dizer que suas grandes linhas foram aceitas. Os historiadores- demógrafos reconheceram a indiferença que persistiu até muito tarde com relação às crianças, e os historiadores das mentalidades perceberam a raridade das alusões às crianças e às suas mortes nos diários de família, como o do catrabucheiro de Lille, editado por A. Lottin. Ficaram impressionados, como J. Bouchard, com a ausência de função socializadora da família. Os trabalhos de M. Agulhon sublinharam a importância da "sociabilidade" nas comunidades rurais e urbanas do Ancien Régime. (ARIES, 1981, p. 07)

Em princípio, no século XII as crianças eram apresentadas e tratadas como um adulto em miniatura, ou seja, na época não tinham espaço na arte para serem representadas, nesse modo, Ariès (1981, p. 39) disserta sobre o assunto “Até por volta do século XII, a arte medieval desconhecia a infância ou não tentava representá-la. É difícil crer que essa ausência se devesse à incompetência ou à falta de habilidade. É mais provável que não houvesse lugar para a infância nesse mundo.”

Já no século XIII, as crianças acabaram tornando-se parte da família, para assim continuar a linhagem, e eram vistas de maneira pública. Além disso, a partir do século XVI na modernidade, começou a surgir a Revolução Industrial, fazendo assim, as questões da época estarem relacionadas ao trabalho. Nesse momento, começaram as mudanças na concepção da infância e os estudos relacionados às crianças, trazendo uma perspectiva de que elas possuiriam capacidade de aprendizado. Com isso, as famílias dariam uma atenção maior as crianças, e tendo aumento na sua importância, no afeto e na valorização da existência das crianças, desta forma, assim que retrata Ariès em seu livro.

Mas no fim do século XVI uma mudança muito mais nítida teve lugar. Certos educadores, que iriam adquirir autoridade e impor definitivamente suas concepções e seus escrúpulos, passaram a não tolerar mais que se desse às crianças livros duvidosos. Nasceu então a ideia de se fornecer às crianças edições expurgadas de clássicos. Essa foi uma etapa muito importante. E dessa época realmente que podemos datar o respeito pela infância. Essa preocupação surgiu na mesma época tanto entre católicos como entre protestantes, na França como na Inglaterra. (ARIES, 1981, p. 115)

Com isso, na França do século XVII se fortaleceram as ideias de que as crianças seriam frágeis, dependentes e inocentes, deste modo, trazendo o sentimento de infância que conhecemos atualmente, e com isso o favorecendo dos cuidados, da sobrevivência e a educação das crianças.

No início do século XVII, como mostrou o Pe. de Dainville, criou-se uma rede muito densa de instituições escolares de importância diversa. Em torno de um colégio com a série completa de classes, estabelecia-se um sistema concêntrico formado por alguns poucos colégios de Humanidades (sem classe de filosofia) e de um maior número de escolas latinas (com apenas algumas classes de gramática). (ARIES, 1981, p. 222)

Ademais, as mães tiveram uma nova maneira de serem vistas nessa sociedade na Europa Ocidental, trazendo a visão de serem cuidadoras dos seus filhos, e surgindo o conceito de amor materno, que além do valor do papel da mãe e os cuidados com as crianças, também a responsabiliza por eventuais falhas, como quando as crianças não sobrevivem, adoecem ou não se comportam “adequadamente”, no século XVIII.

No século XVIII, com a emergência do capitalismo como o sistema econômico dominante, que tem como base a divisão de gênero, foi se criando uma diferença entre mulheres e homens, na qual as mulheres, por terem capacidade para gestar bebês, se tornaram as cuidadoras dos seus lares. (CERIBELLI, 2022)

Mais tarde, ainda no século XVIII, surgiu um posicionamento ideológico com uma linha científica, através da relação das mães com seus filhos, o “instinto materno” se tornou um conceito inquestionável. Através desse posicionamento estabeleceu-se uma divisão de gêneros masculino e feminino, com relação a área pública e privada. Os homens ficaram predominantemente ligados à área pública, que demonstra aproximação com ambientes de trabalho, remunerações e reconhecimento na área

de atuação. No entanto, como as mulheres têm capacidade para gestar seus filhos, ficaram conectadas com os cuidados maternos e trabalhos domésticos, ficando na área privada nesse modelo econômico. (CERIBELLI, 2022)

O conceito de infância que inclui a necessidade de cuidados e proteção, não alcançou todas as crianças ao mesmo tempo, porque continuaram existindo crianças desprotegidas, por exemplo, as exploradas no trabalho infantil.

Desta maneira, na história da infância existem diversos pedagogos, como Moysés Kuhlmann Jr. que refere que nos séculos XVII e XVIII, existiram nomes relevantes para os pensamentos pedagógicos, como Jan Amos Comenius, Jean Jacques Rousseau, Johann Heinrich Pestalozzi e Friedrich Froebel, desenvolveram novas ideias e estudos sobre a infância, incluindo questões sociais.

Houve surgimento de estudos, pesquisas e preocupações sobre a infância, expondo os resultados dessas pesquisas para a sociedade, nos séculos XIX e XX. Sobretudo a partir do século XXI, as crianças passaram a ser sujeitos sociais, criadoras de cultura e com outra maneira de observarem a realidade. Atualmente os estudos e pesquisas estão voltados para a valorização da infância, garantindo os direitos, e reconhecendo a sua importância para sociedade.

Portanto, a criança na sociedade ocupa um espaço, havendo uma história, um segmento social, uma linguagem única, inclusive, estabelecendo relações com outras pessoas, como por exemplo, relações de filho para mãe, e de filho para pai, em relação de netos, professores, pertencendo ao espaço cultural e social, nem sempre da mesma maneira como enxergamos as pessoas em desenvolvimento (crianças e adolescentes) atualmente.

3 VISÃO JURÍDICA E APLICAÇÃO DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

É importante analisarmos como o Brasil entende o Estatuto da Criança e do Adolescente, desde a sua constituição, em 1990, e como a garantia dos direitos específicos das pessoas em desenvolvimento é tratada atualmente.

3.1 Doutrina Menorista

Ao longo da história do Brasil, as crianças sempre existiram, porém, o conceito de infância era inexistente, havendo uma indiferença com as crianças e os adolescentes, portanto apenas durante nos séculos XIX e XX, tiveram estudos, pesquisas e preocupações com a educação infantil, e assim incluindo as crianças e adolescentes.

No período do ano de 1890 criou o primeiro Código Criminal da República, ficou conhecido como Código Zanardelli, existiu a criação desse código para diminuição na violência urbana, com isso os menores na faixa etária de 09 a 14 anos eram avaliadas através do seu psicológico, assim determinando a pena com o seu juízo com base na violação cometida. Ao longo dos anos, existiram questões relacionadas aos menores, a partir desse momento foi criada a Lei N° 4.242 no ano 1921, efetuando a regulamentação de assistência e proteção aos menores abandonados e delinquentes, com a regulamentação no decreto N° 4.547 de 1923.

No art. 24 do Decreto N° 4.547 (1923), tem o objetivo mencionado acima:

Art. 24. O menor de 14 anos, indigitado autor ou cúmplice de facto qualificado crime ou contravenção, não será submetido a processo penal de espécie alguma; a autoridade competente tomará somente as informações precisas, registrando-as, sobre o facto punível e seus agentes, o estado physico, mental e moral do menor, e a situação social, moral e econômica dos pais, ou tutor, ou pessoa em cuja guarda viva. (BRASIL, 1923)

Entretanto, no Brasil houve a criação do Código de Menores no ano de 1927, deste modo, ficou conhecido como Código Mello Mattos (CMM), nome do primeiro juiz de Menores do Brasil, neste código declarou normas para prestar assistência, proteção e vigilância para os menores abandonados ou praticantes de delinquência, com até idade de 18 anos. Desta forma, no Código de Menores de 1927, tinha uma

visão de criminalizar os menores, existindo imagens distorcidas dos menores pobres, vistas como perigosas, infratoras e delinquentes.

Irene Rizzini discorre sobre o Código Mello Mattos, estabelece a afirmação que:

O que o impulsionava era “resolver” o problema dos menores, prevendo todos os possíveis detalhes e exercendo firme controle sobre os menores, por mecanismos de tutela, guarda, vigilância, reeducação, reabilitação, preservação, reforma e educação. (RIZZINI, 2000, 28)

O Código de Menores (1927), não teve objetivo de garantir direitos para os menores, sendo previsto que o Estado assumiria a tutela legal apenas dos menores “em situação irregular”. Seriam considerados “menores em situação irregular”, aqueles com idade menor de 18 anos, com a previsão no Código de Menores, nos seguintes artigos: art. 14, 26 e 69 do CMM.

No art. 14 do CMM (1927), esclarece que são consideradas crianças em estado abandono, os menores encontradas sozinhas com a idade até 07 anos que:

Art. 14. São considerados expostos os infantes até sete anos de idade, encontrados em estado de abandono, onde quer que seja. (BRASIL, 1927)

Pelo art. 26, temos a descrição dos menores que são considerados abandonados, com a idade menor de 18 anos:

Art. 26. Consideram-se abandonados os menores de 18 annos:
I. que não tenham habitação certa, nem meios de subsistencia, por serem seus paes fallecidos, desaparecidos ou desconhecidos ou por não terem tutor ou pessoa sob cuja, guarda vivam;
II. que se encontrem eventualmente sem habitação certa, nem meios de subsistencia, devido a indigencia, enfermidade, ausencia ou prisão dos paes. tutor ou pessoa encarregada de sua guarda;
III, que tenham pae, mãe ou tutor ou encarregado de sua guarda reconhecidamente impossibilitado ou incapaz de cumprir os seus deveres para, com o filho ou pupillo ou protegido;
IV, que vivam em companhia de pae, mãe, tutor ou pessoa que se entregue á pratica de actos contrarios á moral e aos bons costumes;
V, que se encontrem em estado habitual do vadiagem, mendicidade ou libertinagem;
VI, que frequentem logares de jogo ou de moralidade duvidosa, ou andem na companhia de gente viciosa ou de má vida.
VII, que, devido á crueldade, abuso de autoridade, negligencia ou exploração dos paes, tutor ou encarregado de sua guarda, sejam:

- a) victimas de máos tratos phisicos habituaes ou castigos immoderados;
 - b) privados habitualmente dos alimentos ou dos cuidados indispensaveis á saude;
 - c) empregados em occupações prohibidas ou manifestamente contrarias á moral e aos bons costumes, ou que lhes ponham em risco a vida ou a saude;
 - d) excitados habitualmente para a gatunice, mendicidade ou libertinagem;
- VIII, que tenham pae, mãe ou tutor, ou pessoa encarregada de sua guarda, condemnado por sentença irrecoirivel;
- a) a mais de dous annos de prisão por qualquer crime;
 - b) a qualquer pena como co - autor, cumplice, encobridor ou receptador de crime commettido por filho, pupillo ou menor sob sua guarda, ou por crime contra estes. (BRASIL, 1927)

E no art. 69 do CMM, quando os menores têm a idade entre mais de 14 anos e menos de 18 anos e praticado delinquência, as seguintes medidas são cabíveis:

Art. 69. O menor indigitado autor ou cumplice de facto qualificado crime ou Contravenção, que contar mais de 14 annos e menos de 18, será submettido a processo especial, tomando, ao mesmo tempo, a autoridade competente as precisas informações, a respeito do estado phisico, mental e moral d'elle, e da situação social, moral e economica dos paes, tutor ou pessoa incumbida de sua guarda.

§ 1º Si o menor soffrer de qualquer forma de alienação ou deficiencia mental, fôr epileptico, sudo-mudo e cego ou por seu estado de saude precisar de cuidados especiaes, a autoridade ordenará seja submettido ao tratamento apropriado.

§ 2º Si o menor não fôr abandonado, nem pervertido, nem estiver em perigo de o ser, nem precisar do tratamento especial, a autoridade o recolherá a uma escola de reforma pelo prazo de um n cinco annos.

§ 3º Si o menor fôr abandonado, pervertido, ou estiver em perigo de o ser, a autoridade o internará em uma escola de reforma, por todo o tempo necessario á sua educação, que poderá ser de tres annos, no minimo e de sete annos, no máximo (BRASIL, 1927)

Com o CMM, houve a previsão que os menores de 14 anos, não poderiam ser processados criminalmente, necessário apenas as informações do fato punível, os participantes do fato e o registro do estado mental e moral do menor, e a situação social, moral e economia dos pais, está previsto no art. 68.

Art. 68. O menor de 14 annos, indigitado autor ou cumplice de facto qualificado crime ou contravenção, **não será submettido a processo penal de, especie alguma**; a autoridade competente tomará sómente as informações precisas, registrando-as, sobre o facto punivel e seus agentes, o estado phisico, mental e moral do menor, e a situação social, moral e economica dos paes ou tutor ou pessoa em cujo guarda viva.

§ 1º Si o menor soffrer de qualquer forma de alienação ou deficiencia mental. fôr apileptico, surdo-mudo, cego, ou por seu estado de saude precisar de cuidados especiaes, a autoridade ordenará seja elle submettido no tratamento apropriado.

§ 2º Si o menor fôr abandonado, pervertido ou estiver em perigo de o ser, a autoridade competente proverá a sua collocação em asylo casa de educação, escola de preservação ou confiará a pessoa idonea por todo o tempo necessario á sua educação comtando que não ultrapasse a idade de 21 annos.

§ 3º si o menor não fôr abandonado. nem pervertido, nem estiver em perigo do o ser, nem precisar de tratamento especial, a autoridade o deixará com os paes ou tutor ou pessoa sob cuja guarda viva, podendo fazel-o mediante condições que julgar uteis.

§ 4º São responsaveis, pela reparação civil do damno causado pelo menor os paes ou a pessoa a quem incumba legalmente a sua vigilancia, salvo si provarem que não houve da sua parte culpa ou negligencia. (Cod. Civ., arts. 1.521e 1.623.) (BRASIL, 1927)

No art. 101 e 102 do CMM, expressa uma normalização do trabalho infantil, os menores poderiam ter autorização para trabalharem, com a justificativa que necessitariam desse retorno financeiro para sobrevivência sua ou de seus pais, no entanto, havendo a proibição do trabalho para menores de 12 anos.

Art. 101. é prohibido em todo o territorio da Republica o trabalho nos menores de 12 annos.

Art. 102. Igualmente não se póde ocupar a maiores dessa idade que contem menos de 14 annos. e que não tenham completando sua instrucção primaria. Todavia. a autoridade competente poderá autorizar o trabalho destes, quando o considere indispensavel para a subsistencia dos mesmos ou de seus paes ou irmãos, comtanto que recebam a instrucção escolar, que lhes seja possivel. (BRASIL, 1927)

Portanto, como foi mencionado nesse capítulo, o Código de Menores de 1927, não teve objetivo de garantir direitos e a proteção integral para as crianças e aos adolescentes, estabelecendo normas para prestar assistência, proteção e vigilância, com base nos menores abandonados ou praticantes de delinquência, que seriam os objetivos dos menores “em situação irregular”. Apenas, com objetivo de manter a ordem social, regular medidas judiciais, e somente uma maneira de criminalizar os menores, tendo este controle da pobreza, existindo a imagem distorcidas dos menores, vistos como perigosos e delinquentes.

No ano de 1932, durante o Governo Vargas, houve uma reforma no código penal, trazendo alterações para a maioria penal de 09 anos para 14 anos, afirmando em seu art. 27, parágrafo 1º; que não são criminosos os menores de 09 anos completos; e os maiores de 09 anos e menores de 14 anos. Já no ano de 1941, teve a criação o decreto da Lei nº 3.799, com a criação do Serviço de Assistência a

Menores (SAM), estabelecendo maneiras para contribuir com os menores carentes, abandonados e infratores. Com a previsão das finalidades do SAM na própria lei:

Art. 2º O S. A. M. terá por fim:

- a) sistematizar e orientar os serviços de assistência a menores desvalidos e delinquentes, internados em estabelecimentos oficiais e particulares;
- b) proceder à investigação social e ao exame médico-psicopedagógico dos menores desvalidos e delinquentes;
- c) abrigar os menores, á disposição do Juízo de Menores do Distrito Federal;
- d) recolher os menores em estabelecimentos adequados, afim de ministrarlhes educação, instrução e tratamento sômato-psíquico, até o seu desligamento;
- e) estudar as causas do abandono e da delinquência infantil para a orientação dos poderes públicos;
- f) promover a publicação periódica dos resultados de pesquisas, estudos e estatísticas. (BRASIL, 1941)

O SAM não atingiu o seu objetivo de assistência para os menores carentes, abandonados e infratores, existindo práticas de violências praticadas contra os menores, com recursos escassos e com mudanças no cenário político da época. Dessa maneira, o SAM perdeu a potência e conseqüentemente teve a sua revogação, a partir desse momento foi criado um sistema novo de Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM), durante o primeiro ano de regime militar mais especificamente no ano 1964, em vista disso, houve a criação da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), que tinha a função de estabelecer a política nacional do bem-estar do menor (PNBEM), porém a função era de auxiliar e as práticas determinou com as Fundações Estaduais de Bem-Estar do Menor (FEBEM's), havendo atendimento com os menores. (LEITE, 2006, p. 94 e 95)

Ademais, no período dos anos 1975 e 1976, o Congresso Nacional executa uma CPI do Menor para afim de analisar as violências cometidas contra os menores, do mesmo modo, instituiu uma atualização do Código de Menores no ano de 1979, mas com o conceito igual do CMM de 1927, com aplicação da Doutrina da Situação Irregular, que ainda tinha como foco principal o controle dos menores em estado de pobreza. (LEITE, 2006, p. 95)

No art. 1º do CMM (1979), estabelece assistência, proteção e vigilância para os menores e determinando as idades que são definidas, que:

Art. 1º Este Código dispõe sobre assistência, proteção e vigilância a menores:

I - até dezoito anos de idade, que se encontrem em situação irregular;
II - entre dezoito e vinte e um anos, nos casos expressos em lei.
Parágrafo único - As medidas de caráter preventivo aplicam-se a todo menor de dezoito anos, independentemente de sua situação. (BRASIL, 1979)

O art. 2º do CMM (1979), define o menor em situação irregular, estabelecendo as condições que precisam ser encontrados:

Art. 2º Para os efeitos deste Código, considera-se em situação irregular o menor:

I - privado de condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória, ainda que eventualmente, em razão de:

- a) falta, ação ou omissão dos pais ou responsável;
- b) manifesta impossibilidade dos pais ou responsável para provê-las;

II - vítima de maus tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsável;

III - em perigo moral, devido a:

- a) encontrar-se, de modo habitual, em ambiente contrário aos bons costumes;
- b) exploração em atividade contrária aos bons costumes;

IV - privado de representação ou assistência legal, pela falta eventual dos pais ou responsável;

V - Com desvio de conduta, em virtude de grave inadaptação familiar ou comunitária;

VI - autor de infração penal.

Parágrafo único. Entende-se por responsável aquele que, não sendo pai ou mãe, exerce, a qualquer título, vigilância, direção ou educação de menor, ou voluntariamente o traz em seu poder ou companhia, independentemente de ato judicial. (BRASIL, 1979)

Ainda, no art. 4º do CMM (1979) na aplicação da lei está correlacionada com a PNBEM, principalmente o contexto socioeconômico e cultural que estão os menores e os pais, sobretudo um estudo relacionado separadamente com cada caso apresentado, com a realização por equipe técnica, sempre que necessário.

Art. 4º A aplicação desta Lei levará em conta:

I - as diretrizes da Política Nacional do Bem-Estar do Menor, definidas pela legislação pertinente;

II - o contexto sócio-econômico e cultural em que se encontrem o menor e seus pais ou responsável;

III - o estudo de cada caso, realizado por equipe de que participe pessoal técnico, sempre que possível.

Parágrafo único. Na ausência de serviço especializado, a autoridade judiciária poderá atribuir à pessoal habilitado o estudo a que se refere este artigo. (BRASIL, 1979)

Portanto, no Código de Menores de 1979, não teve objetivo de garantir direitos e a proteção integral, e sim, o objetivo de manter a ordem social e somente uma maneira de criminalizar os menores.

3.2 Doutrina da Proteção Integral

No ano de 1980, com surgimentos de movimentos sociais que estariam insatisfeitos com o modelo dos Códigos de Menores anteriores e que defendia que as crianças e os adolescentes são sujeitos de direitos, com os resultados desses movimentos, no ano de 1990, houve a implantação da Lei Federal N° 8.069/1990, conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é a regularização dos direitos garantidos para as crianças e os adolescentes, que trouxe a conscientização para a proteção integral e o favorecimento de seu pleno desenvolvimento, como sujeitos de direitos.

Para Saraiva (2009), o Estatuto desconstruiu a ideia de “menor como objeto do processo” e introduziu uma mudança paradigmática, da criança e do adolescente enquanto sujeitos de direito, sujeitos do processo, protagonistas e cidadãos (p. 50).

O ECA afirma no art. 1º que a lei é sobre a proteção integral para a crianças e aos adolescentes e no art. 2º demonstrou a definição dos termos desta lei: crianças com idade até 12 anos incompletos e adolescentes com a idade entre 12 anos até 18 anos, que:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.

Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

Parágrafo único. Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.

No art. 3º, o ECA compreende que todas crianças e adolescentes são sujeitos de direitos, possuindo todos os direitos fundamentais igualmente a qualquer pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral, o que lhes garante seu desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, com a condição de liberdade e de dignidade.

Os direitos mencionados acima são aplicados para todas crianças e adolescentes, sem qualquer distinção na família, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem,

condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem.

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. Parágrafo único. Os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem. [\(incluído pela Lei nº 13.257, de 2016\)](#)

Com o ECA inaugurando a doutrina de proteção integral para as crianças e os adolescentes, expressos os seus direitos à liberdade, ao respeito, e a dignidade, o direito à convivência familiar e comunitária, direito à profissionalização e a proteção no trabalho, com educação, cultura, esporte e lazer, ser protegido de violência, física ou psicológica, conforme disposto no Artigo 4º do ECA:

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

No ECA as medidas de proteção são mencionadas no art. 98 inciso I, II e III, desta maneira, expressando uma disposição geral.

Art. 98. As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados:

- I - por ação ou omissão da sociedade ou do Estado;
- II - por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável;
- III - em razão de sua conduta.

Determinando as medidas de proteção das crianças e os adolescentes, apenas quando os direitos que são mencionados na lei forem ameaçados ou violados. Através dos incisos I, II e III do art. 98 do ECA, indica uma definição específica por quem foi ameaçado ou violado, por ação ou omissão da sociedade ou do estado, na falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável e na razão da conduta.

Já na aplicação das medidas, são consideradas as necessidades pedagógicas, vínculos familiares e comunitários no art. 100, já nos incisos I até XII, são os princípios que possuem as aplicações das medidas.

Art. 100. Na aplicação das medidas levar-se-ão em conta as necessidades pedagógicas, preferindo-se aquelas que visem ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

Parágrafo único. São também princípios que regem a aplicação das medidas: (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

I - condição da criança e do adolescente como sujeitos de direitos: crianças e adolescentes são os titulares dos direitos previstos nesta e em outras Leis, bem como na Constituição Federal; (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

II - proteção integral e prioritária: a interpretação e aplicação de toda e qualquer norma contida nesta Lei deve ser voltada à proteção integral e prioritária dos direitos de que crianças e adolescentes são titulares; (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

III - responsabilidade primária e solidária do poder público: a plena efetivação dos direitos assegurados a crianças e a adolescentes por esta Lei e pela Constituição Federal, salvo nos casos por esta expressamente ressalvados, é de responsabilidade primária e solidária das 3 (três) esferas de governo, sem prejuízo da municipalização do atendimento e da possibilidade da execução de programas por entidades não governamentais; (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

IV - interesse superior da criança e do adolescente: a intervenção deve atender prioritariamente aos interesses e direitos da criança e do adolescente, sem prejuízo da consideração que for devida a outros interesses legítimos no âmbito da pluralidade dos interesses presentes no caso concreto; (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

V - privacidade: a promoção dos direitos e proteção da criança e do adolescente deve ser efetuada no respeito pela intimidade, direito à imagem e reserva da sua vida privada; (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

VI - intervenção precoce: a intervenção das autoridades competentes deve ser efetuada logo que a situação de perigo seja conhecida; (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

VII - intervenção mínima: a intervenção deve ser exercida exclusivamente pelas autoridades e instituições cuja ação seja indispensável à efetiva promoção dos direitos e à proteção da criança e do adolescente; (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

VIII - proporcionalidade e atualidade: a intervenção deve ser a necessária e adequada à situação de perigo em que a criança ou o adolescente se encontram no momento em que a decisão é tomada; (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

IX - responsabilidade parental: a intervenção deve ser efetuada de modo que os pais assumam os seus deveres para com a criança e o adolescente; (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

X - prevalência da família: na promoção de direitos e na proteção da criança e do adolescente deve ser dada prevalência às medidas que os mantenham ou reintegrem na sua família natural ou extensa ou, se isso não for possível, que promovam a sua integração em família adotiva; (Redação dada pela Lei nº 13.509, de 2017)

XI - obrigatoriedade da informação: a criança e o adolescente, respeitado seu estágio de desenvolvimento e capacidade de compreensão, seus pais ou responsável devem ser informados dos seus direitos, dos motivos que determinaram a intervenção e da forma como esta se processa; (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

XII - oitiva obrigatória e participação: a criança e o adolescente, em separado ou na companhia dos pais, de responsável ou de pessoa por si indicada, bem como os seus pais ou responsável, têm direito a ser ouvidos e a participar nos atos e na definição da medida de promoção dos direitos e de proteção, sendo sua opinião devidamente considerada pela autoridade judiciária competente, observado o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 28 desta Lei. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

A referência no art. 101 incisos I até IX, do parágrafo 1º até 12º do ECA, são as medidas que a autoridade competente poderá seguir.

Art. 101. Verificada qualquer das hipóteses previstas no art. 98, a autoridade competente poderá determinar, dentre outras, as seguintes medidas:

I - encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade;

II - orientação, apoio e acompanhamento temporários;

III - matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental;

IV - inclusão em serviços e programas oficiais ou comunitários de proteção, apoio e promoção da família, da criança e do adolescente; (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)

V - requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial;

VI - inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;

VII - acolhimento institucional; (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

VIII - inclusão em programa de acolhimento familiar; (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

IX - colocação em família substituta. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

Dessa forma, compreendemos que o ECA teve um maior entendimento nas medidas que autoridade competente pode seguir, portanto existem diferenças dessas medidas no Código de Menores (1979). As diferenças são que poderiam ter advertência, entrega para os pais ou responsáveis os menores, conduzir para lares substitutos ou casa de semiliberdade, ter liberdade assistida ou internações em diversos ambientes, no Código de Menores (1979).

Como o ECA, a abordagem são diferentes nas medidas da autoridade competente, sendo as seguintes medidas, encaminhamento para os pais ou responsáveis, orientação, apoio ou acompanhamento temporários, frequência no ensino e educação, inclusão em serviços e programas para a proteção, apoio da família, da criança ou adolescente, tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, inclusão em programas para auxílio, orientação ou tratamento para alcoólatras ou toxicômanos, acolhimento institucional, programa de acolhimento familiar ou inclusão em família substituta.

Conforme disposto no ECA, no art. 15 ao 18-B as crianças e os adolescentes têm direito à liberdade, respeito e a dignidade como seres humanos, com garantias na Constituição Federal.

Art. 15. A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.

Art. 16. O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos:

I - ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais;

II - opinião e expressão;

III - crença e culto religioso;

IV - brincar, praticar esportes e divertir-se;

V - participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação;

VI - participar da vida política, na forma da lei;

VII - buscar refúgio, auxílio e orientação.

Art. 17. O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, idéias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.

Art. 18. É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.

Art. 18-A. A criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos pais, pelos integrantes da família ampliada, pelos responsáveis, pelos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los. [\(Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014\)](#)

Parágrafo único. Para os fins desta Lei, considera-se: [\(Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014\)](#)

I - castigo físico: ação de natureza disciplinar ou punitiva aplicada com o uso da força física sobre a criança ou o adolescente que resulte em: [\(Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014\)](#)

a) sofrimento físico; ou [\(Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014\)](#)

b) lesão; [\(Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014\)](#)

II - tratamento cruel ou degradante: conduta ou forma cruel de tratamento em relação à criança ou ao adolescente que: [\(Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014\)](#)

a) humilhe; ou [\(Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014\)](#)

b) ameace gravemente; ou [\(Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014\)](#)

c) ridicularize. [\(Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014\)](#)

Art. 18-B. Os pais, os integrantes da família ampliada, os responsáveis, os agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou qualquer pessoa encarregada de cuidar de crianças e de adolescentes, tratá-los, educá-los ou protegê-los que utilizarem castigo físico ou tratamento cruel ou degradante como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto estarão sujeitos, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, às seguintes medidas, que serão aplicadas de acordo com a gravidade do caso: [\(Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014\)](#)

I - encaminhamento a programa oficial ou comunitário de proteção à família; [\(Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014\)](#)

II - encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico; [\(Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014\)](#)

III - encaminhamento a cursos ou programas de orientação; [\(Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014\)](#)

IV - obrigação de encaminhar a criança a tratamento especializado; [\(Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014\)](#)

V - advertência. [\(Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014\)](#)

VI - garantia de tratamento de saúde especializado à vítima. [\(Incluído pela Lei nº 14.344, de 2022\)](#) [Vigência](#)

Parágrafo único. As medidas previstas neste artigo serão aplicadas pelo Conselho Tutelar, sem prejuízo de outras providências legais. [\(Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014\)](#)

Portanto, o ECA mostrou artigos específicos para as crianças e os adolescentes, sendo uma proteção com foco nas crianças e nos adolescentes, e não uma forma de criminalizar os menores, como mostrando no Código de Menores (1979).

4 ANÁLISE DA COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA E AS REGULAMENTAÇÕES JURÍDICAS QUE PODEM AJUDAR

Nesse último capítulo, apresentaremos a CNV, expondo as metodologias aplicadas, abordando exemplos reais, e demonstrando as vantagens na aplicação da CNV na criação das crianças e adolescentes, e na maneira que são afetados os relacionamentos na sua maior parte.

4.1 A origem da CNV

Marshall B. Rosenberg se tornou um psicólogo clínico e implementou a cultura de paz, que estabeleceu as técnicas da CNV, e autor do livro Comunicação não-violenta – aprimorando seus relacionamentos pessoais e profissionais, mais adiante foi criado o Centro para Comunicação Não Violenta, trazendo transformações sociais, como nos modos de pensar, falar e agir, ocasionando resultados positivos, compassivos, empáticos e pacíficos. Para Rosenberg (2020, p. 22) “é de nossa natureza gostar de dar e receber de forma compassiva.”

Durante a sua vida, Rosenberg teve preocupação para responder as seguintes questões, “o que acontece que nos desliga de nossa natureza compassiva, levando-nos a nos comportarmos de maneira violenta e baseada na exploração das outras pessoas? E, inversamente, o que permite que algumas pessoas permaneçam ligadas à sua natureza compassiva mesmo nas circunstâncias mais penosas?” (2020, p. 22), ou seja, essas perguntas que geraram preocupações resultaram na criação da técnica.

Deste modo, a CNV abrange maneiras empáticas e compassivas para comunicação entre as pessoas; e com isso resultando no aumento da qualidade das conexões nas relações. O livro Comunicação não violenta (Rosenberg, 2006, p. 357 e 358), vem afirmar que “Ela oferece uma estrutura básica e um conjunto de habilidades para abordar os problemas humanos, desde os relacionamentos mais íntimos até conflitos políticos globais”. Portanto, a CNV tem como resultado evitar conflitos e pode levar a uma resolução pacífica, conseguindo focar nos sentimentos e

nas necessidades de todos os envolvidos no conflito, trazendo os diálogos de maneiras mais assertivas.

A CNV tem o seguinte propósito “O objetivo é nos lembrar do que já sabemos — de como nós, humanos, deveríamos nos relacionar uns com os outros — e nos ajudar a viver de modo que se manifeste concretamente esse conhecimento.” (2006, p. 24). Para Rosenberg, o objetivo da CNV, é estabelecer relações com a base na honestidade e na empatia, que vão auxiliar a todos. (ROSENBERG, 2020).

4.2 A Metodologia da CNV e seus componentes

Assim, a CNV traz uma abordagem com maneiras empáticas e compassivas, para comunicação entre as pessoas e com aumento das chances de colaboração recíproca nas relações. A CNV é definida pelos quatro pilares da Comunicação Não Violenta que são: observação, sentimentos, necessidades e pedidos.

O primeiro pilar é a Observação (O), que convida a fazer uma análise do que de fato aconteceu, na posição de observador, para identificar os preconceitos e ações automáticas que as pessoas têm nas interações. Essas observações acabam sendo simples, favorecendo assim, que qualquer pessoa descreva as situações da maneira como aconteceram.

Um exemplo de descrição de uma situação, “Quando cheguei em casa, todas as roupas estavam no sofá da sala”, porém você diz “Você nunca faz aquilo que eu peço, você é uma egoísta, que só pensa em si mesmo”. Nessa situação, mostra-se que quando verbalizamos os nossos julgamentos, isso faz com que diminuam as chances de sermos compreendidos pelas pessoas.

Vejamos a seguir os dizeres de Rosenberg (2020) sobre o assunto:

O primeiro componente da CNV acarreta necessariamente separar observação de avaliação. Precisamos observar claramente, sem acrescentar nenhuma avaliação, o que vemos, ouvimos ou tocamos que afeta nossa sensação de bem-estar. As observações constituem um elemento importante da CNV, em que desejamos expressar clara e honestamente à outra pessoa como estamos. No entanto, ao combinarmos a observação com a avaliação, diminuimos a probabilidade de que os outros ouçam a mensagem que desejamos lhes transmitir. Em vez disso, é provável que eles a escutem como crítica e, assim, resistam ao que dizemos. (ROSENBERG, 2020, p. 51 e 52)

O segundo pilar é a Expressão de Sentimento (S), que leva ao entendimento de como a situação influencia nas reações emocionais, exercitando a fala sobre os próprios sentimentos, expressando a nossa vulnerabilidade, fazendo assim, uma conexão com as outras pessoas, pois é bastante comum não conseguirmos expressar as emoções, misturando pensamentos, avaliações e interpretações junto com as emoções.

Um exemplo em que o segundo pilar está presente “Estou feliz que você possa vir”, essa frase está se referindo ao sentimento, com isso, fazendo uma expressão verbal. E um segundo exemplo, “Eu sinto que a prova vai dar errado”, frase não se refere ao sentimento, mas sim sobre os pensamentos que a pessoa teve. Dessa maneira, na CNV, os sentimentos são tidos como indicadores das necessidades humanas, podendo serem atendidas ou não atendidas.

Vejamos a seguir os dizeres de Rosenberg (2020) sobre o assunto:

O segundo componente necessário para nos expressarmos são os sentimentos. Desenvolver um vocabulário de sentimentos que nos permita nomear ou identificar de forma clara e específica nossas emoções nos conecta mais facilmente uns com os outros. Ao nos permitirmos ser vulneráveis por expressarmos nossos sentimentos, ajudamos a resolver conflitos. A CNV distingue a expressão de sentimentos verdadeiros de palavras e afirmações que descrevem pensamentos, avaliações e interpretações. (ROSENBERG, 2020, p. 79)

O terceiro pilar é o Reconhecimento das Necessidades (N), que está relacionado com os sentimentos, levando ao entendimento das necessidades das outras pessoas e de si mesmo na comunicação. Importante destacar que aquilo que as outras pessoas dizem e fazem pode ter uma influência, porém nunca será a causa dos sentimentos, existe a necessidade de ter consciência dos sentimentos, para assim fazer o reconhecimento das necessidades. Assim, o autor Marshall Rosenberg expressava que “por trás de toda ação, existe uma necessidade humana universal” (2020).

O exemplo para descrever uma situação, “Sentir raiva quando alguém interrompe no meio de uma fala”, a pessoa tem a necessidade da consideração e do espaço para se expressar, e não sentir raiva. Um segundo exemplo, “Estou triste por

você não vir para o almoço, porque eu estava esperando que iríamos passar a tarde juntos”, com essa frase, estabelece uma relação de responsabilidade com os sentimentos, a pessoa ficou triste em não passar a tarde junto a outra pessoa, e pode expor os seus sentimentos junto com a suas necessidades.

Vejamos a seguir os dizeres de Rosenberg (2020) sobre o assunto:

O terceiro componente da CNV é o reconhecimento das necessidades que estão por trás de nossos sentimentos. O que os outros dizem e fazem pode ser o estímulo, mas nunca a causa de nossos sentimentos. Quando alguém se comunica de forma negativa, temos quatro opções de como receber essa mensagem: 1. culpar a nós mesmos; 2. culpar os outros; 3. perceber nossos próprios sentimentos e necessidades; 4. perceber os sentimentos e necessidades escondidos por trás da mensagem negativa da outra pessoa. (ROSENBERG, 2020, p. 94)

O quarto e o último pilar é dos Pedidos (P), que propõe a valorização das suas próprias solicitações para as outras pessoas, sem parecer uma exigência, sendo evidente o que está sendo pedido forma clara, positiva, consciente, objetiva e havendo uma base na empatia, comunicando os sentimentos e as necessidades, trazendo importância na mudança dos comportamentos dos outros.

O exemplo para descrever uma situação, “Você pode guardar as roupas que foram lavadas hoje?”, portanto, a pessoa que recebeu esse pedido, terá a oportunidade de dizer sim ou não para aquilo que foi solicitado.

Vejamos a seguir os dizeres de Rosenberg (2020) sobre o assunto:

O quarto e último componente desse processo aborda a questão do que gostaríamos de pedir aos outros para enriquecer nossa vida. Quando nossas necessidades não estão sendo atendidas, depois de expressarmos o que estamos observando, sentindo e precisando, fazemos então um pedido específico: pedimos que sejam feitas ações que possam satisfazer nossas necessidades. (ROSENBERG, 2020, p. 144)

4.3 Onde a CNV está, e seus resultados

A CNV vem acontecendo em escolas, empresas, prisões, grupos comunitários, famílias e instituições de saúde, auxiliando a evitar e solucionar os conflitos entre as pessoas. Conforme Marshall Rosenberg (2006 p.358) “seus associados introduziram

a CNV em locais dilacerados pela guerra, como Serra Leoa, Sri Lanka, Ruanda, Burundi, Bósnia, Sérvia, Colômbia e Oriente Médio.”

Nós observamos como as crianças na pré-escola na Agedrup Skole, que trabalham com a CNV para compreender as suas próprias necessidades e sentimentos, e como os sentimentos e necessidades dos outros. Trazendo os resultados durante ao longo de um ano, as mudanças já estavam sendo perceptíveis, com isso, a cultura na escola e fora dela teve alterações, resultando em um ambiente social seguro que proporciona uma aprendizagem, com interações mais empáticas e compassivas, com as pessoas ao seu redor. (CULTURA DE PAZ NA ESCOLA COM A CNV – POR TRÁS DE CADA AÇÃO HÁ UMA NECESSIDADE. 2019)

No Brasil, no estado de São Paulo na região metropolitana, houve aplicação da CNV em 20 escolas, para a resolução de conflitos nos dias a dias, com esse método acabaram vinculando uma cultura de paz e responsabilidade entre os alunos e pessoas em suas convivências. (FIA BUSINESS SCHOOL, 2019)

Aplicação da CNV: relacionamentos íntimos; famílias; escolas; organizações e instituições; terapia e aconselhamento; negociações diplomáticas e comerciais; entre tantos outros relacionamentos humanos em diferentes contextos.

4.4 A CNV na instituição escolar

A título de ilustração da aplicação da CNV em escolas, foi produzido no ano de 2019 o filme ***Por trás de cada ação, há uma necessidade***, que retrata o cotidiano de uma turma de crianças na pré-escola na Dinamarca. A professora da turma aplicou os preceitos da CNV durante um ano, e as mudanças foram visíveis tanto no ambiente escolar quanto em casa, produzindo um ambiente social seguro que inclusive favorece a aprendizagem para as crianças.

Essas mudanças determinaram transformações na forma como as crianças interagem com pessoas do seu convívio social. Os preceitos da CNV levaram as crianças a expressarem os seus sentimentos e suas necessidades, para assim prosseguir com os pedidos, portanto as crianças melhoraram as atitudes ao acolher outras crianças com empatia, deste modo, produzindo uma cultura de paz para o ambiente escolar e para a comunidade mais extensa, incluindo as famílias das

crianças. (CULTURA DE PAZ NA ESCOLA COM A CNV – POR TRÁS DE CADA AÇÃO HÁ UMA NECESSIDADE. 2019)

A CNV é uma ferramenta universal para a criação de diálogos e o entendimento nos conflitos, trazendo uma abordagem para compreender o que está acontecendo, e qual seu sentimento sobre esse acontecimento, quais são as necessidades que não estão sendo satisfeitas nas nossas conexões, e por fim, o que a pessoa gostaria que acontecesse. (CULTURA DE PAZ NA ESCOLA COM A CNV – POR TRÁS DE CADA AÇÃO HÁ UMA NECESSIDADE. 2019)

4.5 As relações familiares com a CNV

A CNV tem como benefício a produção de relações familiares baseadas na empatia e no respeito, trazendo a possibilidade de dinâmicas familiares mais saudáveis para as famílias, com maior tolerância, cuidado e justiça. As crianças têm seu desenvolvimento mais sadio quando inseridas em ambientes com maior disponibilidade para a comunicação, com conversas sinceras e sem julgamentos, sendo prejudicial a utilização de violência para o ensinamento entre pais e filhos, especialmente quando esse é o único recurso conhecido pelos pais.

A criação que os pais tiveram em suas famílias de origem influencia na educação que será passada para seus filhos, o que faz conexão com os rótulos, que são palavras ditas em diálogos para as crianças, “Refiro-me as ocasiões em que permitimos que rótulos como esses nos impeçam de ver a outra pessoa como um ser humano – o que nos leva a desumanizar o outro por causa das coisas que nossa cultura nos ensina sobre as “crianças” “ (ROSENBERG, 2020, p. 14). Logo, os rótulos estão relacionados à forma como as crianças são cobradas para se comportarem, e quando esse objetivo não é atingido, traz um sentimento de frustração e derrota.

Sobre a questão do objetivo dos rótulos nas pessoas, Rosenberg abordar que:

“Esse objetivo – conseguir o que desejamos da outra pessoa (ou conseguir que faça o que nós queremos) – ameaça a sua autonomia, seu direito de escolher o que deseja fazer. E sempre que as pessoas sentem que não podem escolher livremente sua tendência é resistir, mesmo se enxergarem o propósito daquilo que estamos pedindo e sejam, normalmente, inclinadas a fazer aquilo. (ROSENBERG, 2020. p. 14 e 15).

A família precisa estar disposta para melhoria na relação, e a aplicação da CNV leva tempo para se estabelecer na vida das famílias, até fazer parte do cotidiano das pessoas, existindo conflitos na rotina, e precisando de atenção para as crianças expressarem os sentimentos e suas necessidades, precisa resolver a questão e não confrontar. (COLÉGIO ARNALDO, 2020)

A família acaba se conhecendo melhor através da CNV, nessa rede de apoio vão estar presentes para escutar e serem compreendidos, maiores os laços afetivos e redução dos conflitos, para evitarem violência na infância dessas crianças, e a violência mencionada é de maneira ampla, sendo física, psicologia etc. (COLÉGIO ARNALDO, 2020)

Os benefícios na utilização da CNV com filhos seriam da ordem de reduzir conflitos entre irmãos, entender o não das crianças, aumentar a autonomia e autoestima, ter uma relação com confiança e companheirismo, expressar seus sentimentos sem impedimentos.

Desta maneira, a CNV demonstra benefícios que podem trazer para as famílias, demonstrando uma relação mais saudável, com empatia e respeito. As crianças e os adolescentes têm seus desenvolvimentos mais saudáveis quando inseridas em ambientes com maior disponibilidade para a comunicação, com diálogos sinceros e sem julgamentos. As crianças e os adolescentes têm amparo legal através da Lei Federal nº 8.069/1990 do ECA, faz a regularização das garantias e a proteção pelos seus direitos, desta forma, as crianças e os adolescentes são considerados sujeitos de direito, com as leis específicas para sua proteção e pleno desenvolvimento.

Como mencionado por Sousa (2022), Andreucci (2019) em seu pós-doutorado analisa como as oficinas de parentalidade promovem o reconhecimento dos jovens como sujeitos de direito e afirma que mesmo com as legislações vigentes, elas não abrangem todas as necessidades das crianças e dos adolescentes. Existe então o desafio para que todos os direitos possam ser efetivados, Andreucci afirma: “falta a compreensão cultural de que a criança já é um sujeito de direito. Elas têm que ser protegidas como os adultos. Na prática, ainda se vê uma objetificação das crianças”. (SOUSA, 2022)

Portanto, o ECA que surgiu em favor as crianças e os adolescentes, para garantir que todos tenham proteção e cuidado nos seus desenvolvimentos, sendo

assim, através da utilização da CNV, por meio de práticas educativas nas relações familiares, não apenas garantiria a aplicação da lei como traria benefício pra a sociedade como um todo, com mais adultos eu tenha passado por processos desenvolvimento saudáveis e protegidos de conflitos familiares intensos, propagando a cultura de paz.

4.6 As punições nas relações parentais

Perante a sociedade, ainda existem culturas que atualmente são conhecidas por educar as suas crianças com a utilização da violência, empregando a força para a correção na educação infantil. Na ação do uso punitivo da força, a intenção é apenas uma “é fazer que as pessoas sofram por seus atos percebidos como inadequados.” (2006, p. 287), aplicando a violência física ou psicológica, para reprimir, envergonhar, retrain e penalizar, tendo uma abordagem como “Como você pôde ser tão estúpida? Você deveria ter vergonha de si mesma!” (2006, p. 287).

Para Rosenberg existem vários tipos de força na punição, o castigo físico, uso da culpa para desacreditar outra pessoa, e por fim, retirada de alguma gratificação.

No castigo físico, a agressão nas crianças é como forma para estabelecer limites por seus atos, alguns pais acreditam que “bater em nossas crianças demonstra que as amamos porque estabelece limites claros” (2006, p. 288), por outro lado, “Outros pais igualmente insistem que bater em crianças demonstra falta de amor e é ineficaz, pois ensina às crianças que, quando não restar outra alternativa, sempre poderemos recorrer à violência física.” (2006, p. 288).

Em síntese, os exemplos citados acima podem concluir, que os castigos físicos não estabelecerem uma relação de compaixão, apenas uma exigência que os pais querem que seus filhos cumpram.

No resultado que alguns pais acreditam que através da violência, faz a educação e mostra os limites que os filhos precisam, porém outros tem uma visão ao contraria, que a violência contra os filhos indica a falta de amor e que podem recorrer para a violência física, quando não forem atendidos para o que desejam ou buscam. Por fim, surgem as consequências sociais através das punições com castigos físicos, as crianças até podem realizar o que foi solicitado, porém os pais estão mostrando que a violência é a justificativa para resolver conflitos.

O uso da culpa para desacreditar outra pessoa é determinar rótulos, que são relacionados com os julgamentos dos seus pais para seus filhos, como por exemplo “um pai pode rotular o filho como “errado”, “egoísta” ou “imaturo” quando ele não se comporta de determinada maneira.” (2006, p 289).

Os efeitos que são alcançados nas utilizações dos rótulos, as crianças têm como foco as consequências que podem surgir e não os valores de suas ações, deste jeito diminuindo o respeito que existe entre pais e filhos, com a perda na conexão que existe na relação. Os pais podem ter atitudes que rotulo seus filhos, quando estão em situações que tem os sentimentos de frustração, raiva ou outra atitude que podem causam uma explosão nas suas atitudes.

O exemplo de uma mãe que tem uma necessidade, porém não está sendo atendida pelo seu filho, com isso, a mãe tem atitudes como autoritária ou permissiva com a situação, portanto isso não traz favorecimento na relação entre seus filhos e das suas necessidades.

Na retirada de alguma gratificação, se trata de algum benefício que é suspenso pelos pais, para ser uma punição com seus filhos, “como quando os pais cortam a mesada ou a permissão para sair.” (2006, p. 289), trazendo consequência de diminuição no respeito dos filhos com os pais.

As punições aumentam consequências na vida das crianças, o medo das punições acaba diminuindo a autoestima, boa vontade, e interfere na capacidade das crianças, “Quando nos submetemos a fazer alguma coisa apenas com o propósito de evitar uma punição, nossa atenção é desviada do valor da própria ação.” (2006, p. 289), trazendo um reflexo nas relações, em casa, no trabalho, na escola, igreja etc.

As punições trazem interferências para o desenvolvimento das crianças, “Acredito que é decisivo termos consciência da importância das razões das pessoas para se comportarem como pedimos.” (2006, p. 291), através dos pedidos que são solicitados para crianças realizar, sendo praticados apenas para obediência e autoridade “pelo desejo de evitar uma punição ou por medo de aborrecerem os pais ou de serem rejeitadas por eles.” (2006, p. 291).

Desta maneira, existindo comparação do castigo físico contra as crianças, em relação a pena de morte para criminosos, causando um reflexo de uma sociedade que foi construída com condições de punições e violências.

Vejamos a seguir os dizeres de Marshall B. Rosenberg (2020) sobre o assunto:

Entretanto esse conceito de punição é muito defendido pela maioria dos pais. Pesquisas indicam que cerca de 80% dos pais norte-americanos acreditam sem reservas na eficácia do castigo físico para crianças. Essa é aproximadamente a mesma porcentagem dos que defendem a pena de morte para criminosos. (ROSENBERG, 2020. p. 17).

Em vista disso, a CNV é uma ferramenta benéfica para os pais utilizarem, portanto, oferecendo consequências apropriadas aos comportamentos inadequados dos seus filhos, sem a finalidade da punição através do uso da força.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho teve como principal objetivo propor a aplicação dos conceitos da CNV e sua metodologia, como forma de garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes brasileiros à convivência familiar e comunitária que favoreça o seu pleno desenvolvimento.

Ainda, no segundo capítulo foi apresentada a perspectiva da evolução no conceito da infância, na qual pudemos analisar que na história da infância tiveram mudanças drásticas, ao longo dos séculos para a atualidade, sendo perceptíveis as mudanças na parte histórica, cultural e social. Através disso, a existência das crianças ao longo da história era realidade, porém o conceito de infância não era existente.

No decorrer dessa pesquisa, foi analisada a visão jurídica da infância e suas legislações para todas as crianças e aos adolescentes; uma vez que ao longo dos anos ocorreram mudanças significativas na visão jurídica, principalmente no Brasil. Em 1927 houve a criação do Código de Menores, que tinha como objetivo prestar assistência, proteção e vigilância para os menores abandonados ou praticantes de delinquência; no entanto, o código possuía uma perspectiva de criminalizar os menores, principalmente os menores pobres, relacionando-os à delinquência e o perigo para a sociedade.

Décadas mais tarde, através de movimentos sociais teve o surgimento do Estatuto da Criança e do Adolescente, que indica os direitos garantidos para as crianças e adolescentes, constitui a proteção integral e ocasionando, o favorecimento de seu pleno desenvolvimento, como sujeitos de direitos.

No último capítulo foi apresentada a Comunicação Não Violenta (CNV), expondo que a CNV traz resultados eficazes na resolução de conflitos, produzindo resoluções pacíficas. Em sua aplicação a abordagem é através de maneiras empáticas e compassivas, podendo ser considerada prática e objetiva, e utilizando os quatro pilares: observação, sentimentos, necessidades e pedidos. Em vista disso, os resultados que são atingidos são positivos, principalmente, nas relações familiares, expondo que a CNV é uma ferramenta para as crianças e adolescentes desfrutarem do seu desenvolvimento mais sadio quando inseridas em ambientes com maior disponibilidade para a comunicação, sem a utilização de qualquer violência para o ensinamento entre pais e filhos.

Portanto, foi possível chegar à conclusão de que, apesar da Lei Federal n. 8.069/1990, conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) se caracterizar como a regularização dos direitos garantidos para as crianças e adolescentes, é necessário investir não somente em políticas públicas já instituídas (como saúde, educação, segurança, lazer e cultura), mas também em promoção de relações mais saudáveis nos grupos familiares, como por exemplo, por meio da CNV. Com a metodologia à disposição das famílias os benefícios podem se expressar em maior tolerância, cuidado e justiça, portanto sendo importante na sociedade que vivemos para que, ao longo dos anos, a cultura de paz se torne mais prevalente nas famílias e assim favorecendo não apenas as pessoas envolvidas com a CNV e o desenvolvimento de seus filhos, mas toda a sociedade.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, P. História Social da criança e da família. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

KUHLMANN Jr., Moysés. Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 1998.

CAMPOS, Kiko. A importância da comunicação não violenta dentro das organizações. Disponível: A importância da comunicação não violenta dentro das organizações (poderdaescuta.com). Acesso em: 19/03/2022

NASCIMENTO, Maiza Carvalho do. A criança no contexto histórico. Disponível: A CRIANÇA NO CONTEXTO HISTÓRICO - Brasil Escola (uol.com.br). Acesso em: 19/03/2022.

ROSENBERG, Marshall B., Comunicação Não-Violenta: Técnicas para Aprimorar Relacionamentos Pessoais e Profissionais. Editora Ágora, 1ª edição, 2006.

ROSENBERG, Marshall B., Criar filhos compassivamente: Maternagem e paternagem na perspectiva da Comunicação Não Violenta. Editora Palas Athena, 3ª edição, 2020.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Lei nº 8.069, 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. ano 1990, Disponível em: [L8069 \(planalto.gov.br\)](#) Acesso em: 03 set. 2022.

BRASIL. Lei nº 6.697, 10 de outubro de 1979. Dispõe Institui o Código de Menores. **Diário Oficial da União**. ano 1979, Disponível em: [L6697 \(planalto.gov.br\)](#) Acesso em: 03 set. 2022.

BRASIL. Decreto nº 17.943-A, 12 de outubro de 1927. Dispõe Institui o Consolida as leis de assistência e proteção a menores. **Diário Oficial da União**. ano 1927, Disponível em: [D17943Aimpressao \(planalto.gov.br\)](#) Acesso em: 03 set. 2022

RIZZINI, Irene., A criança e a Lei no Brasil. Editora Usu, 2000.

Portal da Câmara dos Deputados. Camara.leg.br. Disponível em:

<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3799-5-novembro-1941-413971-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 07 nov. 2022.

CNV NAS ESCOLAS | Instituto CNV Brasil | Comunicação-Não Violenta. icnvb. Disponível em: <<https://www.institutocnvb.com.br/paznasascolas>>. Acesso em: 02 jul. 2022.

E SE EU NÃO QUISSER SER MÃE?. Direção de Marcela Ceribelli com participação de Valeska Zanello. Spotify. Acesso em: 15 agost. 2022

EQUIPE ICNVB. Comunicação Não-Violenta (CNV): O que é e como praticar. icnvb. Disponível em: <<https://www.institutocnvb.com.br/single-post/comunica%C3%A7%C3%A3o-n%C3%A3o-violenta-cnv-o-que-%C3%A9-e-como-praticar>>. Acesso em: 9 jul. 2022.

Comunicação não violenta: como introduzi-la na família? Colégio em Belo Horizonte. Disponível em: <<https://blog.colegioarnaldo.com.br/comunicacao-nao-violenta/?unapproved=1562&moderation-hash=fe4bf994a734fe4c8fd861645288d6f5#comment-1562>>. Acesso em: 24 agos. 2022.

Disponível em: Da doutrina da situação irregular à doutrina da proteção integral: aspectos históricos e mudanças paradigmáticas (mprj.mp.br) Acesso em: 16 set. 2022.

Disponível em: Comunicação Não Violenta: o que é, benefícios e como praticar - FIA) Acesso em: 16 set. 2022.

Disponível em: Comunicação não violenta: como introduzi-la na família? (colegioarnaldo.com.br)) Acesso em: 16 set. 2022.

Disponível em: Comunicação não-violenta e o direito à voz para crianças e adolescentes | ECA - Escola de Comunicações e Artes (usp.br) Acesso em: 16 set. 2022.